



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Contrato nº 01-050124/017-PE-SRP-PMSF-ASSISTENCIA SOCIAL

**CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO
ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO
PARÁ/PA, ATRAVÉS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A
EMPRESA J. F. MONTEIRO LTDA - CNPJ
14.866.439/0001-06, COMO ABAIXO MELHOR SE
DECLARA.**

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ/SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Estado do Pará, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.442.785/0001-20, sediada na Travessa Jose Porfiro nº 0, Bairro: Anaisse, CEP: 68.748-000, Município de São Francisco do Pará/PA, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, a Sra. Nadir Socorro de Magalhães Barbosa, brasileira, inscrita no RG nº 1754309 e CPF: 303.318.382-49, residente e domiciliada na Rua Antônio Machado, nº 01, Bairro: Cristo Redentor, Município de São Francisco do Pará/PA, e do outro lado, a empresa **J. F. MONTEIRO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 14.866.439/0001-06, com sede na Al. Caiçara, 47, Bairro Estrela, Castanhal-PA, CEP: 68.743-310, representada pelo Sr. João Ferreira Monteiro, inscrito no RG nº 346862-0, órgão expedidor SSP/PA e CPF nº 661.515.622-91, residente e domiciliado na Alameda Toledo, 47, Bairro Estrela, Castanhal - PA, CEP: 68.743-310, firmam o presente contrato, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. Aquisição de Materiais Esportivos para atender as demandas voltadas para os serviços da gestão, Programa Auxílio Brasil, Centro de Referência da Assistência Social - CRAS (Programa de Atendimento Integral à Família – PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV) E Centro de Referência Especial de Assistência Social – CREAS (Programa de Atendimento Especial à Família – PAEF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV), do município de São Francisco do Pará/PA.

1.2. Objeto do presente contrato deverá ser executado de acordo com o estabelecido no Pregão Eletrônico nº XXX/20XX-PE-SRP-PMSF-ASSISTÊNCIA SOCIAL. A Contratada declara ser conhecedora da disponibilidade dos serviços, as condições e demais fatores necessários para execução deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO:

2.1. São partes integrantes e complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, a proposta vencedora, o processo do Pregão Eletrônico nº 017/2023-PE-SRP-PMSF-ASSISTÊNCIA SOCIAL, seus anexos e respectivas normas e instruções, especificações, despachos e pareceres que o encorpam.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

3.1. O presente contrato fundamenta-se no art. 55, da Lei nº 8666/93, Lei 10.520/2002 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

4.1. O valor global deste contrato é de R\$ 95.927,03 (noventa e cinco mil, novecentos e vinte e sete reais, três centavos) conforme proposta, que passa a fazer parte integrante deste, independente da transcrição e/ou traslado.

ITENS	DESCRIÇÃO	UND	Q. TO-TAL	V. Unit.	V. Total	Marca
7.	FAIXA ELÁSTICA Mini Band Exercícios, Academia Yoga Pilates Fitness Cross-fit kit 5	KIT	10	R\$ 89,90	R\$ 899,00	365 SPORTS
9.	PAR DE CARTÃO de Árbitro Dimensões Aproximadas: 08 X 12 Cm (Lxa) Plástico.	PAR	5	R\$ 15,30	R\$ 76,50	PENALTY
11.	CORDA- Material de qualidade com punho em polipropileno e borracha antiderrapante e cordão de 2,20 metros em poliéster	UNID	20	R\$ 22,90	R\$ 458,00	KAEMY
12.	FAIXAS PARA QUIMONOS- material de algodão, cores branca costura reforçada, características adicionais tipo quimono, para praticas de Karate.	UNID.	35	R\$ 27,50	R\$ 962,50	365 SPORTS
13.	FAIXAS PARA QUIMONOS- material de algodão, cores amarela costura reforçada, características adicionais tipo quimono, para praticas de Karate.	UNID.	20	R\$ 27,50	R\$ 550,00	365 SPORTS



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

14.	FAIXAS PARA QUIMONOS - material de algodão, cores vermelha costura reforçada, características adicionais tipo quimono, para praticas de Karate.	UNID.	20	R\$ 27,50	R\$ 550,00	365 SPORTS
15.	FAIXAS PARA QUIMONOS - material de algodão, cores laranja costura reforçada, características adicionais tipo quimono, para praticas de Karate.	UNID.	20	R\$ 27,50	R\$ 550,00	365 SPORTS
16.	FAIXAS ELÁSTICAS Mini Band para exercícios e alongamentos de membros inferiores e superiores. Ideal para fortalecer a articulação, tonificar os músculos e alongar todo o corpo. Kit com 5	KITS	20	R\$ 49,00	R\$ 980,00	365 SPORTS
17.	MANOPLA DE BOX - alta qualidade Super-fibra de couro/PU leatherboxing mão alvo MMA Sanda Soco Pad Foco Luvas de treinamento Mitts Karate Muay Thai Chute pad alvo para homens/mulheres 2 pçs	PAR	6	R\$ 121,00	R\$ 726,00	JUGUI
18.	CAPACETES DE PROTEÇÃO de couro sintético tamanho único cores: azul e vermelho	UNID.	8	R\$ 157,00	R\$ 1.256,00	JUGUI
19.	LUVA KARATÊ (pares) – material sintético de alta resistência e durabilidade, material sintético couro, feixe no punho em velcro, enchimento de espuma de ótima densidade e durável.	PAR	100	R\$ 123,50	R\$ 12.350,00	JUGUI
20.	LUVA DE BOXE Couro sintético /14 oz/ cores: azul e vermelho	PAR	20	R\$ 145,00	R\$ 2.900,00	JUGUI
21.	BANDAGEM ELÁSTICA de 3 Metros Com Fechamento em Fecho de Contato e Alça Para Polegar - Atadura de Proteção Para Mãos e Punhos - Faixa de Boxe - Muay Thai - MMA - Artes Marciais - Treino - Unissex - Várias Cores	UNID	20	R\$ 32,00	R\$ 640,00	MUVIN
23.	PRANCHA PARA HIDROGINASTICA material eva dimensões largura 28cm altura 47cm espessura 3cm.	UNID.	30	R\$ 47,90	R\$ 1.437,00	FLOTY
24.	MACARRÃO DE PISCINA Material: Polietileno Tamanho: 160 cm espessura 5,5 cm esportes cores sortidas.	UNID.	60	R\$ 9,30	R\$ 558,00	BIG
27.	PROTETOR GENITAL/COQUILHA - Concha Acrílica- Dogma	UNID	5	R\$ 124,00	R\$ 620,00	JUGUI
28.	ESCADA DE AGILIDADE Treino Funcional 10 Degraus 5m Esporte	UNID	8	R\$ 49,00	R\$ 392,00	VOLLO
29.	LUVA DE CAMPO em 100% Poliéster (Tecido Palma e Dorso), 85% Poliéster e 15% Elastano (Tecido Punho) Punho elástico com reforço por tira em velcro nº10	PAR	5	R\$ 121,90	R\$ 609,50	POKER
30.	MALETA DE PRIMEIROS SOCORROS – portando um aparelho de PA e equipamentos básicos de primeiros socorros (atadura, esparadrapo, tesoura)	UNID.	10	R\$ 92,85	R\$ 928,50	CONSTAMED
31.	PROTETOR DE CABEÇA PARA ARTES MACIAIS - capacete alta proteção, para artes marciais, categoria adulto, para prática de esportes de karatê.	UNID.	100	R\$ 249,00	R\$ 24.900,00	JUGUI
32.	PROTETOR DE TORAX DE KARATE - aplicação artes marciais: dupla face cor azul e vermelha, aplicação específica para prática de esporte de karatê.	UNID.	100	R\$ 191,89	R\$ 19.189,00	JUGUI
33.	APARADOR DE CHUTES revestimento externo em pu-ds (poliuretano, material de alta resistência e elasticidade), forro interno com tecido pv para reforço. Preenchido com enchimento de espuma pefva multicamadas. Alça acolchoada para maior aderência e mais duas tiras de 5cm com velcro para	UNID.	2	R\$ 159,99	R\$ 319,98	GORILLA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

	melhor ajuste em seu braço, fecho de gancho "d hook closing" e fechamento com cadarço. tamanho: 34x19x8cm					
34.	COLCHONETE Impermeável - Espuma D28 - 90x40x3 - Academia/Yôga/Pilates -	UNID.	20	R\$ 47,69	R\$ 953,80	IMPAKTO
35.	Halteres emborrachado par de 1 Kg	PAR	100	R\$ 29,89	R\$ 2.989,00	FUNDIÇÃO FUNDIMINAS
36.	TATAME - material E.V.A., comprimento placa 2, largura placa 1, espessura placa 35, características adicionais bordas dentada para encaixe.	UNID.	60	R\$ 148,99	R\$ 8.939,40	MARIA
38.	TABULEIRO DE DAMAS MADEIRA. Confeccionado em madeira e plástico resistentes. Contem: 1 tabuleiro estampado com dama, 12 peças plásticas brancas de dama e 12 peças plásticas pretas de dama. Ideal para desenvolver o raciocínio lógico, Cor: Marrom e preto, Dimensões: 30cm x 30cm x 3cm, com 24 peças de dama.	UNID	15	R\$ 59,93	R\$ 898,95	CIABRINK
40.	JOGO MATEMÁTICO	UNID	10	R\$ 71,67	R\$ 716,70	CIABRINK
41.	JOGO DE MEMÓRIA	UNID	10	R\$ 59,50	R\$ 595,00	CIABRINK
42.	TROFÉU personalizado de 30 cm	UNID	100	R\$ 37,57	R\$ 3.757,00	VITÓRIA
43.	TROFÉU personalizado de 40 cm	UNID	20	R\$ 48,99	R\$ 979,80	VITÓRIA
44.	TROFÉU personalizado de 50 cm	UNID	20	R\$ 69,87	R\$ 1.397,40	VITÓRIA
45.	MEDALHA esportiva em metal resinado com fita personalizada, 5 cm de diâmetro.	UNID	800	R\$ 3,56	R\$ 2.848,00	GEDEVAL
					R\$ 95.927,03	

CLÁUSULA QUINTA - MODALIDADE DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento não será inferior a 30 (trinta) dias;

5.2. O pagamento será mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada por servidor responsável pelo acompanhamento dos serviços, com a devida comprovação de regularidade fiscal da empresa;

- São os documentos de regularidade fiscal da empresa:

- Certidão negativa de débitos Municipal;
- Certidão negativa de débitos Estadual (tributária e não tributária – SEFA);
- Certidão da dívida Ativa da União (negativa/positiva com efeito de negativa);
- Certidão de regularidade junto ao FGTS;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas.

5.3. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras;

5.4. A contagem do prazo para pagamento será reiniciada e contada da reapresentação e protocolização junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, do documento fiscal com as devidas correções, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional a CONTRATANTE, nem deverá haver prejuízo da prestação de serviços pela CONTRATADA;

5.5. A empresa licitante deve ter conta bancária corrente junto a qualquer instituição de crédito dentro do país. Não se permitirá, portanto, outra forma de pagamento que não seja a de crédito em conta, o que vem cumprir as normativas do Decreto da Presidência da República 6.170 de 25 de julho de 2007.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA:

6.1. A vigência do Contrato até 31 de dezembro de 2024, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2. A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários ao quantitativo dos serviços, no montante de até 25% (vinte e cinco) por cento do valor inicial atualizado contrato, de acordo com o § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

7.1. O valor acordado será empenhado nos termos do § 3º, do art. 60 c/c o art. 61, da Lei federal 4320/64 e será pago a Contratada, através da seguinte dotação orçamentária para fins de contratação:

7.2. **Exercício 2024:**

Unidade Orçamentária: 2096 - Manut. das Ativ.e Func da Sec Mun.de Trabalho e Promoção Social

Atividade: 08 244 0035 2.096 - Manut. das Ativ.e Func da Sec Mun.de Trabalho e Promoção Social



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte Recurso: Recursos Ordinários.

Unidade Orçamentária: 2.106 – Manutenção do Programa Bolsa Família - IGDBF

Atividade: 08 244 0037 2.106 - Manutenção do Programa Bolsa Família - IGDBF

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terc. Pessoa Jurídicas

Fonte Recurso: Transferência do FNAS

Unidade Orçamentária: 2108 - Manutenção do Programa Centro de Ref.de Assistência Social - CRAS

Atividade: 08 244 0039 2.108: Manutenção do Programa Centro de Ref.de Assistência Social - CRAS

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte Recurso: Transf. Rec. fundo estaduais ass. Social

Unidade Orçamentária: 2.109 – Man. do Prog. Centro de Ref. Esp. de Assistência Social - CREAS

Atividade: 08 244 0039 2.109 – Man. do Prog. Centro de Ref. Esp. de Assistência Social - CREAS

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terc. Pessoa Jurídicas

Fonte Recurso: Transferência do FNAS

Unidade Orçamentária: 2.110 - Manutenção de Outros Programas/Ações do FNAS e do Estado

Atividade: 08 244 0039 2.110 - Manutenção de Outros Programas/Ações do FNAS e do Estado

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte Recurso: Transf. Rec. fundo estaduais ass. Social

Unidade Orçamentária: 2113 - Manutenção do Prog. Serviço Convivência e Fort de Vínculo - SCFV

Atividade: 08 244 0041 2.113 - Manutenção do Prog. Serviço Convivência e Fort de Vínculo - SCFV

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte Recurso: Transferência de Recursos do FNAS

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:

8.1. A empresa que irá fornecer os Materiais Esportivos, deverá entregar na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Francisco do Pará, localizada na Avenida Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Município de São Francisco do Pará, das 7h às 13h;

8.2. A entrega será realizada mensalmente de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de São Francisco do Pará/PA, neste local supracitado, na responsabilidade do fiscal designado, responsável pelo recebimento da demanda pleiteada;

8.3. Todo o material demandado, uma vez produzido, deve ser entregue na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Francisco do Pará, localizada na Avenida Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Município de São Francisco do Pará, das 7h às 13h;

8.4. O prazo para entrega dos produtos solicitados será de 5 (cinco) após a solicitação de pedidos.

CLÁUSULA NONA – PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO:

9.1. A Sra. Fátima da Conceição Ferreira de Sousa será a pessoa responsável para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato celebrado;

9.2. Pelo recebimento das Notas Fiscais/Faturas, como também, realizar a devida conferência, para verificar se encontra em conformidade com a entrega dos produtos;

9.3. Pelas anotações em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas à entrega dos produtos;

9.4. Acompanhar, supervisionar e denunciar quaisquer irregularidades constatadas na execução da entrega dos produtos;

9.5. Atestar para fins de pagamento, os documentos da despesa, especificamente quanto à execução dos produtos;

9.6. Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de aquisição não ultrapassem os créditos correspondentes nos valores registrados;

9.7. Recusar o fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no contrato;

9.8. Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

10.1. Os materiais esportivos deverão ser entregues na perfeita condição de consumo e em perfeita condição de uso.

10.2. Os produtos que apresentarem alterações, deteriorações imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências deste Termo de Referência e do instrumento convocatório, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento, são de responsabilidade da contratada a quem caberá a substituição, arcando com as despesas decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.1. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações do produto e marca;

11.2. Executar diretamente o fornecimento, inclusive a garantia, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;

11.3. Cumprir o prazo de entrega e vigência da garantia prevista;

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto de acordo com os artigos 12, 13, 17 e 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

11.5. Se após o recebimento definitivo do produto for encontrado algum defeito, o fornecedor substituirá o item no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do aviso escrito enviado por fax ou e-mail ou outro meio hábil, sem ônus para a prefeitura;

11.6. Informar nome, número de telefone e e-mail do responsável, a fim de atender as solicitações da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como para atendimento a assistência durante o fornecimento;

11.7. Arcar com todos os encargos decorrentes da presente aquisição, especialmente os referentes a frete, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas;

11.8. Dispor de meios necessários ao transporte, para a devida entrega do produto no local de destino, de acordo com o horário estipulado no termo de referência;

11.9. Os materiais que forem detectados algum tipo de falha que possa trazer danos aos usuários dos serviços, serão devolvido, e deverá ser entregue um novo produto no prazo de 24 (vinte e quatro horas).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

12.1. Efetuar o empenho da despesa, garantindo o pagamento das obrigações assumidas;

Efetuar o pagamento das aquisições após Termo de Aceite Definitivo e de acordo com as condições acordadas entre as partes, no prazo de 30 (trinta) dias;

12.2. Comunicar a empresa sobre possíveis irregularidades observadas nos impressos fornecidos para substituição;

12.3. Receber provisoriamente os produtos mediante regular aferição de quantitativos, disponibilizando local, data e horário;

12.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, bem como atestar na nota fiscal/fatura efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite;

12.5. Rejeitar, no todo ou em parte dos produtos entregues em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato ou por fraudar a execução deste, a Administração poderá, desde que garantida a defesa prévia, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

13.1.1. Advertência escrita - comunicação formal quanto à conduta do CONTRATADO sobre o descumprimento do contrato e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

13.1.2. Multa, observados os seguintes limites máximos:

a) à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor da proposta ou da etapa a ser adimplida, até a data do efetivo cumprimento, ou, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos itens solicitados e não entregues;

b) multa de 20% (vinte por cento) do valor da proposta ou do contrato, conforme o caso, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos ou fora das especificações contratadas. Atingido tal limite, será considerada a inexecução total da obrigação assumida e/ou será rescindido unilateralmente o contrato, conforme o caso.

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, quando deixar de cumprir integralmente o fornecimento, caracterizando o inadimplemento total da obrigação, com lesão ao interesse público, que enseje rescisão unilateral do contrato.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, quando cumprir parcialmente o objeto do contrato, caracterizando fornecimento do objeto de forma incompleta, que não esteja devidamente autorizado a fazê-la, ou seja, de sucessivas vezes para completar o contratado, ou ainda, isto é, não entregar o objeto contratado no prazo e na forma estipulada.

e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, quando fornecer o objeto deste contrato em desacordo com os padrões exigidos pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ou fora dos padrões de segurança e qualidade definidos independente de menção expressa no edital.

13.1.2.1. A multa moratória será aplicada a partir do 2º (segundo) dia útil da inadimplência, contados da data definida para regular cumprimento da obrigação.

13.1.2.2. Se, a partir do 3º (terceiro) dia útil, após devidamente notificada, não corrigir ou sanar, os defeitos ou incorreções constatadas em qualquer fase de execução do contrato, relativo ao fornecimento do objeto, poderá a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

13.1.2.3. A aplicação da multa por inexecução contratual independe da multa moratória eventualmente já aplicada ou em fase de aplicação, podendo ser aplicada cumulativamente.

13.1.2.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos à mesma e/ou será cobrada judicialmente.

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 02 (dois anos) nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração Pública Estadual pelos prejuízos resultantes de sua ação ou omissão, nos termos do artigo 38, IV, do Decreto nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012.

13.2. DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.2.1. As sanções de que tratam a cláusula vinte serão aplicadas pela Diretoria Administrativa e Financeira e fiscal do contrato, com exceção da prevista nos subitens **13.1.3 e 13.1.4**.

13.2.2. A declaração de inidoneidade será proposta à SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, mediante parecer/relatório fundamentado, a quem caberá decidir e aplicar a sanção.

13.2.3. A aplicação das sanções será efetuada mediante autuação em processo administrativo instaurado para esta finalidade, aberto mediante requerimento devidamente fundamentado apresentado, pela Diretoria Administrativa e Financeira, ou por servidor ou por gestor devidamente designado para fiscalizar e acompanhar o contrato, conforme a situação, observado o contraditório e a ampla defesa no âmbito administrativo, observando-se as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como da Lei nº 9.784/99, no que couber.

13.2.4. Após instauração do processo administrativo, será comunicado ao preposto da empresa contratada a situação que gerou a ocorrência e a intenção de aplicação da penalidade, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para oferecimento de defesa prévia.

13.2.5. No caso de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, o prazo para o oferecimento de defesa prévia será de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação e abertura de vista dos autos na sede da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES:

Os licitantes, participantes deste certame, quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distritos Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO:

15.1. A autoridade competente para homologar este certame poderá revogar a licitação em face de razões de Interesse Público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

15.2. A anulação do procedimento licitatório induz à do Contrato;

15.3. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do fornecedor de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato e das condições deste Edital;

15.4. No caso de desfazimento de processo licitatório, fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E DOS CASOS DE RESCISÃO:

16.1. A inexecução total ou parcial no Contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da Administração, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;

16.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

16.3. De acordo com o art. 79 da Lei nº 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da citada Lei;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

16.4. No caso da rescisão unilateral, o CONTRATANTE não indenizará o CONTRATADO, salvo pelos serviços executados e aceitos pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida e/ou suprimida dentro dos limites previstos no § 1º, do art. 65, da Lei 8.666/93, podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do § 2º, II, do mesmo artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS:

18.1. Durante a vigência do Contrato, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

18.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o Contrato e iniciar outro processo licitatório;

18.3. O pedido que vise à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, será apurado em processo apartado, devendo ser observado o que determina a alínea “d” do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO:

Para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou condições decorrentes deste Contrato Administrativo, fica eleito, pelos Contratantes, o foro da Comarca de São Francisco do Pará/PA, com a renúncia de qualquer outro, especial, privilegiado ou de eleição, que tenham ou venham a ter.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – REGISTRO E PUBLICAÇÃO:

20.1. Este CONTRATO será publicado no mural da Prefeitura e na imprensa Portal dos Jurisdicionados do Tribunal de Contas do Município.

20.2. Estando às partes de pleno acordo com as cláusulas e condições ora pactuadas, firmam o presente Contrato em três vias de igual teor na presença de duas testemunhas, para que produza os necessários efeitos jurídicos legais, para publicação no prazo legal como condição de eficácia.

São Francisco do Pará/PA, 05 de janeiro de 2024.

NADIR SOCORRO DE MAGALHÃES BARBOSA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATANTE

J. F. MONTEIRO LTDA
CNPJ 14.866.439/0001-06
CONTRATADA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Testemunhas: 1: _____
CPF:

Testemunhas: 2: _____
CPF:

